

Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil¹

Ricardo Verdum²

Resumo: O artigo trata da situação da sustentabilidade alimentar dos povos indígenas, tendo por referência um estudo interdisciplinar e interinstitucional desenvolvido nos anos de 1994 e 1995 em nível nacional. Também discute as dificuldades de utilização das categorias “fome” e “pobreza” entre os povos indígenas e sugere alguns caminhos metodológicos. Chama a atenção para a importância de estudos desta natureza tanto para avaliação quanto para formulação de políticas públicas de apoio a auto-sustentação e a segurança alimentar nas terras indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas; segurança alimentar; terras indígenas; políticas públicas.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo resgatar e trazer a público os resultados do estudo sobre a situação da segurança alimentar dos Povos Indígenas no Brasil realizado entre os anos de 1994-1995. Não obstante terem se passado sete anos desde quando foi concluído e apresentado pela primeira vez,

¹ Este documento é uma versão com modificações da Introdução ao segundo Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) em 1995.

² Doutorando do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, é consultor, desde 1996, do componente Projetos Demonstrativos (PDA) do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

acreditamos que os resultados e conclusões então obtidos são de grande valia neste momento em que o tema da sustentabilidade alimentar – situações, causas e alternativas – é reintroduzido na cena pública nacional.

No Brasil, o ano de 1993 foi marcado pela notícia de que mais de 32 milhões de brasileiros passavam fome, e que quase setenta por cento da população brasileira não se alimentava suficientemente para ter saúde e uma vida digna. Segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, praticamente nove milhões de famílias não dispunham de renda mínima que lhes garantisse, na melhor das hipóteses, a aquisição de uma cesta básica de alimentos.

Mas, e entre os povos indígenas, haveria fome? Estariam eles sujeitos aos processos de empobrecimento e carência alimentar em que se verificou estar uma parcela considerável da sociedade brasileira? Com estas perguntas em mente, e uma série de indícios até então não sistematizados, o INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, associado com outras entidades e contando com uma ampla rede de colaborador, realizou nos anos de 1994 e 1995 um esforço coletivo no sentido de colocar à vista uma situação em muitos casos dramática e inimaginável - principalmente quando se tem como referência a idéia de que ser "índio" é viver em meio a uma floresta paradisíaca cercada de amplos recursos alimentares (frutas, caça, peixes, etc). O que se constatou ao final deste período foi que a fome é, de fato, uma realidade para muitos povos indígenas no Brasil.

A título de esclarecimento, por **segurança alimentar** entendemos aqui a capacidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente à demanda alimentar do conjunto de sua população, de forma suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativa. Logo, por **fome**, estamos falando especificamente da incapacidade ou impossibilidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente, satisfatoriamente, às suas demandas alimentares (incluindo água), comprometendo sua sobrevivência física, social e cultural, presente e futura.

A idéia de um levantamento específico sobre a situação da fome e da segurança alimentar dos povos indígenas no Brasil surgiu no contexto das discussões que desembocaram na criação do movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Ao INESC, uma das principais entidades da sociedade civil envolvida na mobilização social e na promoção do debate sobre a fome, o empobrecimento e a exclusão social no Brasil, coube levar a frente, em parceria com outras entidades de pesquisa e de apoio aos movimentos sociais indígenas, organizar um diagnóstico sobre o estado de sustentabilidade alimentar no meio indígena e divulgá-lo para organizações indígenas e indigenistas, técnicos governamentais e de entidades não governamentais, parlamentares, tomadores de decisão no poder executivo e formadores de opinião.³

Elementos não faltavam para caracterizar a necessidade e a urgência de tal empreendimento. Bastava somente olhar com mais atenção para os primeiros quatro anos da década de noventa e ver quais os principais assuntos que pautaram os noticiários jornalísticos sobre os povos indígenas: inúmeros casos de suicídio - principalmente de adolescentes; uma série de denúncias sobre trabalho escravo envolvendo indígenas em várias regiões do país - incluso de crianças; o abandono dos territórios tradicionais por falta de condições de sobrevivência e o êxodo para os centros urbanos; inúmeros assassinatos de lideranças e atos de violência principalmente contra mulheres indígenas; inúmeros casos de epidemias e doenças carenciais; o comprometimento dos recursos naturais nas terras indígenas, em decorrência de desmatamentos e poluição ambiental; e, acima de tudo, um sem número de denúncias de casos explícitos de fome relacionados direta e indiretamente com territórios exíguos, não reconhecidos ou não garantidos (invadidos).

³ Sobre o movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome” no período, conferir: Garrison & Landin 1995; Gohn 1996; Scherer-Warren 1996.

O primeiro diagnóstico sobre a fome entre os Povos Indígenas

A primeira avaliação da situação da sustentabilidade alimentar entre os Povos Indígenas no âmbito do “Projeto Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil” foi realizada entre março e julho de 1994. Na ocasião, tinha-se como meta responder à cinco questões:

- (1) há povos indígenas passando fome hoje no Brasil?
- (2) existe grupo indígena em processo de empobrecimento hoje no Brasil?
- (3) onde estão localizadas estas populações?
- (4) qual o percentual em relação ao total estimado da população indígena no Brasil?
- (5) que fatores estão influenciando neste processo?

A principal dificuldade para realização do diagnóstico foi exatamente como usar o conceito de fome no contexto indígena. Pode parecer um tanto estranho, especialmente para profissionais da área biomédica, por exemplo, mas o fato é que pensar o significado de fome como instrumento de percepção da condição dos povos indígenas não é uma tarefa muito simples. O conceito de fome pode comportar uma diversidade de significados: pode ser utilizado para indicar ou um grande apetite de comer um determinado alimento ou uma urgência de ingestão de alimentos, pode também estar indicando uma subalimentação ou quem sabe a falta do necessário, a penúria ou a miséria. Pode também reforçar relações de poder e colonialismo.⁴

No contexto indígena, o recorte a partir da renda familiar, principal critério utilizado no Mapa da Fome do IPEA (1993), nos pareceu ser de baixa eficácia, algo quase que completamente inoperante, mesmo para aquelas parcelas mais

⁴ Uma visão crítica sobre o uso dos conceitos “pobreza” e “fome” na América Latina pode ser encontrada em, por exemplo, Escobar 1998.

urbanizadas. Além disso, se a fome enquanto fenômeno pode manifestar-se independentemente de qualquer sistema simbólico, é somente a partir de sua apropriação pelo esquema cultural que ela adquire sua significância. A fome, ou o que chamamos de fome, pode estar relacionada em uma dada situação cultural a uma escassez temporária de alimentos, à sazonalidade de determinados alimentos provenientes da caça, pesca, coleta e cultivo, ou pode estar relacionada a circunstâncias ritualísticas, onde há a restrição individual ou coletiva ao consumo de determinados alimentos em um dado período do ano.

Para superar tamanha diversidade de significados possíveis, a estratégia incluiu a elaboração um questionário que conjugasse a subjetividade do informante com um conjunto de variáveis que permitissem a avaliação - ainda que preliminar - das condições de sustentabilidade alimentar e de saúde da população em questão: as doenças mais frequentes em adultos e crianças; a mortalidade infantil (número de óbitos e causas); as formas de sustentação da população e a dieta alimentar; o tamanho do território disponível e a qualidade do meio ambiente no interior e em torno da terra indígena; o tipo de assistência e os projetos (saúde, educação e produtivos) desenvolvidos no interior da terra indígena e sua eficácia, etc.

Mas esta dificuldade de dialogar e operar com o conceito de fome não se deu somente quando aplicado no contexto indígena, ela se manifestou também numa certa incompreensão de parte de muitos sujeitos e organizações que então estavam envolvidos com a chamada "questão indígena". Influenciados talvez por um uso específico deste conceito, frequentemente associados com campanhas e ações de cunho "assistencialista" e "paternalista", estes atores deixaram muitas vezes de perceber sua importância, por exemplo, para a formulação, a execução e, principalmente, para o monitoramento e avaliação das políticas indigenistas.

Neste primeiro levantamento, como no realizado no ano seguinte, a Terra Indígena foi escolhida como unidade de coleta, aglutinação e apresentação dos dados. Dentre as razões para tal

opção estão a tentativa de uniformizar os dados recebidos, a existência de levantamentos e listagens confiáveis que fizeram uso deste mesmo recorte, o fato de ser uma unidade de referência concreta em termos legais e empíricos, o maior controle sobre o alcance do levantamento e a possibilidade de obtenção e aglutinação de dados a partir de outras fontes que não o questionário. O nome usado para identificar a T.I. foi preferencialmente aquele mais recorrente nos documentos oficiais - portarias, memoriais descritivos, mapas, etc.

Cobrindo um total de 128 terras indígenas (19,75% em relação ao número oficial de terras indígenas em meados de 1994) e uma população total de 129.858, no primeiro Mapa da Fome Indígena se chegou a conclusão de que pelo menos 28,27% da população indígena no Brasil estava com dificuldades para garantir com segurança um bom padrão alimentar e de saúde. As situações mais críticas foram encontradas entre os povos indígenas da Região Nordeste e Centro-Sul (MT, MS, PR, SC e RS). No caso da Região Nordeste, de uma população de 47.824 indígenas cobertos pelo levantamento, aproximadamente 84% foi incluída na faixa da população que estaria encontrando sérias dificuldades de sustentação alimentar. Na Região Centro-Sul, os números da fome atingiram pelo menos 60% da população.

A caracterização da situação de “fome” foi obtida através da análise do conjunto de informações fornecidas pelos colaboradores, que inclui, além da afirmação explícita de fome ou não, indicadores sobre a saúde da população, sobre as formas de sustentação alimentar e a dieta, sobre o tamanho do território acessível e a qualidade do meio ambiente (recursos naturais e alimentares), sobre a incidência da fome (ocasional, sazonal, permanente) e a parcela da população afetada, sobre a existência de projetos alternativos de geração de alimentos ou excedentes, etc.⁵ Construídas no processo de levantamento, foram utilizadas

⁵ Algumas leituras interessantes no sentido da ampliação do entendimento sobre estas interrelações: Albert 1991; Coimbra Jr. 1991; Ibáñez-Novion & Teixeira Ott s/d; Santos & Coimbra Jr. 1994; Schmitt 1995..

as seguintes categorias para caracterizar a situação de sustentação alimentar dos indígenas:

- *Fome/Carência alimentar*: são aquelas situações que poderíamos chamar de fome crônica. É quando a carência alimentar se estende por todo o ano, e há uma quase que total falta de alternativas imediatas de superação desta situação (indisponibilidade ou inacessibilidade a território próprio e suficiente, e meio ambiente degradado. solo, fauna e flora), chegando alguns casos ao extremo da indigência e sujeição a condição de trabalho escravo. São aquelas situações que exigem ações urgentes e continuadas haja vista o visível agravamento generalizado do quadro de saúde da população;

- *Carência alimentar*: são aquelas situações quando a população tem dificuldades de obter alimentos durante quase todo o ano, mas que, não obstante sua gravidade, não chega ao extremo do quadro acima descrito;

- *Fome sazonal*: com esta categoria não estamos nos referido aqui aos períodos ou situações, digamos, naturais de entressafra, quando as dificuldades alimentares são superadas pela movimentação da população para outras partes dentro do seu território (áreas de caça distantes, antigos roçados, regiões de frutas nativas não cultivadas, etc.) ou pelo consumo temporário de alimentos, digamos, característicos destes períodos de escassez de alimentos culturalmente preferenciais. Quando fazemos uso deste termo estamos nos referindo às dificuldades de sustentação alimentar relacionadas com estes momentos de entressafra mas que se vêm com sua superação dificultada em decorrência da intrusão do território e/ou da sua reduzida extensão. Nestes casos, verifica-se um processo combinado de redução momentânea de determinados recursos alimentares com a dificuldade de adoção de alternativas tradicionais. de forma satisfatória .em decorrência da maior pressão sobre os recursos, da impossibilidade de acesso à determinadas fontes alimentares, da depredação ambiental (poluição e assoreamento de cursos d'água, desmatamentos, empobrecimento dos solos, etc.), ou da

falta de alternativas de geração de alimentos ou renda que pudessem compensar as dificuldades vividas momentaneamente;

- *Dificuldades sazonais*: são aquelas situações quando é exigido da população um pouco mais de esforço para obter alimentos. Característico dos contextos onde o território é suficiente para a produção de alimentos nos moldes tradicionais, o que se observa é um certo escasseamento relacionado com a sazonalidade de determinadas fontes alimentares ou devido a escassez de alimentos na zona imediatamente próxima às aldeias;

- *Não há*: esta expressão foi utilizada para indicar os casos onde há a afirmação expressa do informante de que não há problemas de fome entre a população e, paralelamente, não há nenhum indício de que sua afirmação não seja de todo correta. não há invasão da terra indígena e seu tamanho é atualmente suficiente; não há depredação ambiental nem escassez de alimentos no interior da terra, não há registro de casos de desnutrição, etc.

Não obstante a carga pejorativa que o conceito de **pobreza** carrega quando utilizado para se referir a populações indígenas, o fato é que o quadro construído a partir do conjunto de informações disponíveis nos levou a concluir que sim, que vários povos e comunidades indígenas encontravam-se em processo de empobrecimento, chegando alguns ao extremo da mendicância por falta de alternativas de sobrevivência. Na base deste processo havia o fato de ser negado ou destituído a eles o direito e a garantia de exclusividade no uso de seus territórios tradicionais e os recursos naturais ali disponíveis - base material imprescindível para a sua reprodução e desenvolvimento social, econômico e cultural.

Além disto, havia o fato de a maior parte destes povos encontrarem-se encurralados em territórios (as terras indígenas) de reduzida extensão e impossibilitados de migrarem para outras regiões, pois as terras do entorno já estavam ocupadas por fazendeiros, posseiros ou por projetos agrícolas.

Havia também o manejo predatório dos recursos naturais e alimentares (inclusive a água) promovido por não índios no interior e entorno das terras indígenas; a intolerância para com suas manifestações culturais (conceitos, valores, iniciativas e práticas sociais) e a imposição de uma auto-imagem negativa e dependente; a precariedade ou total exclusão do acesso à recursos como a assistência médica e projetos educacionais específicos; e, finalmente, a contingência de, para sobreviverem, terem que se sujeitar à relações de trabalho degradantes e que beiravam a condição de escravidão.

Outra conclusão importante extraída desta avaliação preliminar foi que do total de 76.272 indígenas incluídos na “faixa da fome”, 48,82% viviam em território já homologados pelo Estado-nacional brasileiro, e que esta situação se devia, em grande medida, à reduzida dimensão das áreas indígenas e às diferentes formas de intrusão e depredação do meio ambiente por diferentes agentes – governamentais e não-governamentais.

Esta conclusão possibilitou a formulação da hipótese - testada e aprofundada no segundo Mapa (1995) - de que o "problema indígena" não se resume a questão fundiária (demarcação de territórios indígenas), mas inclui e depende sobremaneira da manutenção e da criação de condições para que estes povos e comunidades se desenvolvam, por intermédio de estratégias ambientalmente sustentáveis, socialmente participativas e culturalmente aceitáveis.

O Mapa da Fome na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar

O primeiro Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil foi apresentado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Brasília, julho de 1994), no painel "A Fome entre os Povos Indígenas". Ao divulgar os resultados deste estudo na Conferência, pelo menos três expectativas se confirmaram: (1) a importância deste tipo de abordagem para a compreensão da

situação dos povos indígenas no território brasileiro; (2) a necessidade da realização de um estudo mais abrangente e aprofundado sobre a situação da fome e de como garantir a segurança alimentar destes povos; e (3) a importância deste estudo para o processo de reformulação das bases da política indigenista brasileira. Nesta ocasião, além da apresentação dos resultados deste primeiro levantamento, foi realizado um debate envolvendo representantes de organizações governamentais e não-governamentais, representantes indígenas e delegados da Conferência, sendo tiradas algumas conclusões sobre como garantir a segurança alimentar dos povos indígenas. São elas:

- a demarcação imediata de todas as terras indígenas;
- uma política nacional que vá para além da demarcação jurídico-formal das terras indígenas, isto é, que elas sejam realmente garantidas, protegidas e respeitadas pelo Estado e pela sociedade brasileira;
- que no traçar de seus planos e projetos de desenvolvimento o Estado reconheça e respeite os territórios indígenas como unidades sócio-políticas;
- que haja uma efetiva participação dos povos indígenas no planejamento e na implantação de projetos de promoção e garantia da sustentação alimentar nos seus territórios;
- que os projetos de sustentação alimentar em territórios indígenas sejam social, econômico e ecologicamente sustentáveis para as comunidades;
- que seja aprofundado o levantamento da situação de intrusão das terras indígenas e sua influência (colapso) nos processos produtivos tradicionais;
- que no traçar das suas políticas de desenvolvimento o Governo inclua estudos preliminares de impacto social e ambiental, e que eles contem com a participação das

comunidades indígenas afetadas (direta ou indiretamente), de entidades de apoio aos direitos indígenas e do Ministério Público Federal.

- que as comunidades indígenas sejam indenizadas pela depredação de seus territórios, seja pelo Estado, seja por particulares;

- que seja executada uma reforma agrária que resolva o problema da fome e da miséria de milhões de brasileiros, respeitando os direitos indígenas sobre seus territórios e recursos naturais neles existentes;

- que seja garantido aos povos indígenas se organizarem e defenderem seus direitos e interesses de forma não tutelada;

- que haja uma reformulação da política e no órgão indigenista de forma a que os povos indígenas possam realmente ser sujeitos de sua história.

Passado este momento, e considerando as conclusões e hipóteses do primeiro Mapa somadas com as sugestões da Conferência, o INESC avaliou ser necessário e importante dar continuidade ao levantamento e ampliar o leque de instituições envolvidas, desta feita orientado pelo propósito de incentivar a retomada das discussões sobre projetos alternativos de auto-sustentação e etnodesenvolvimento indígena, uma discussão que vinha sendo relegada ao segundo plano em decorrência dos maus resultados das experiências implementadas nas décadas de sessenta à oitenta, e da concentração da ação indígena e indigenista na esfera jurídico-administrativa da demarcação dos territórios indígenas.⁶

⁶ Sobre o conceito de etnodesenvolvimento e sua aplicabilidade enquanto uma política pública, ver: Bonfil Batalla 1982; Stavenhagen 1985; Cardoso de Oliveira 1996, 2000; Partridge, Uquillas & Johns 1996; Souza Lima &

O Segundo Mapa da Fome: ampliando as parcerias e os conhecimentos

Em novembro de 1994 foi dado início a um segundo levantamento. À experiência acumulada pelo INESC somaram-se os conhecimentos e a experiência da equipe de pesquisadores do Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI) do Museu Nacional/UFRJ e da Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia (ANAI-BA).

Para o desenvolvimento dos trabalhos foram criadas cinco coordenações regionais, cabendo a cada uma contatar indivíduos e organizações governamentais e não-governamentais que pudessem contribuir com informações e análises sobre a situação da sustentação alimentar nas terras indígenas. Na definição dos limites de cada regional, tomou-se como referência a distribuição geográfica das terras indígenas, a história e situação de contato interétnico das populações indígenas que nelas habitam, e a experiência institucional e de campo das instituições coordenadoras (INESC, PETI e ANAI). O trabalho ficou assim organizado:

Região	Unidades da Federação (UF)	Instituição Responsável
Sul/Sudeste	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo	MUSEU NACIONAL
Centro-Oeste	Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia	INESC
Nordeste	Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Ceará	INAI/BA

Barroso-Hoffmann 2002; Verdum 2002.

Amazônia Ocidental	Acre, Amazonas e Roraima	MUSEU NACIONAL
Amazônia Oriental	Tocantins, Pará, Amapá e Maranhão	INESC

Comparando com o primeiro Mapa, ao segundo foram acrescentados dados, informações e análises sobre povos e terras indígenas do Maranhão e leste do Pará, do Médio e Alto Rio Solimões, de Rondônia e do Mato Grosso, da Região do Alto Rio Negro e de Roraima, e dos estados de Goiás e do Espírito Santo.

Foram identificadas ao total 577 terras indígenas e uma população aproximada de 311.656 indivíduos. Deste total, obtivemos informações de 297 terras indígenas, correspondendo a uma população aproximada de 254.904 indígenas (81.79%).

Nas regionais Sul-Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste foram encontrados problemas de sustentação alimentar na maioria das terras indígenas. Na Amazônia, os problemas de fome e carência alimentar tenderam a manifestar-se nas terras impactadas pelos "grandes projetos" (rodovias, ferrovias, mineração, usinas hidrelétricas, etc.) e naquelas invadidas por não-indígenas (garimpeiros, posseiros, madeireiros, etc.).

A FOME NAS TERRAS INDÍGENAS								
Macro-região	UF	TI	FCA	CA	FS	DS	NF	S/INF
Sul/Sudeste	Espírito Santo	03	01	02	-	-	-	-

Mapa da fome

	Minas Gerais	06	02	02	-	-	-	02
	Paraná	17	01	09	-	-	-	07
	Rio de Janeiro	03	-	-	-	-	-	03
	Rio Grande do Sul	37	22	10	-	-	-	05
	Santa Catarina	10	04	04	-	-	-	02
	São Paulo	15	-	06	-	-	-	09
	Subtotal	91	30	33	-	-	-	28
Centro-Oeste	Goiás	05	01	-	01	-	01	02
	Mato Grosso	61	11	-	09	02	01	38
	Mato Grosso do Sul	41	21	-	-	-	-	20
	Rondônia	30	03	-	05	-	01	21
	Subtotal	137	36	-	15	02	03	81
Nordeste	Alagoas	06	04	-	02	-	-	-
	Bahia	17	09	02	06	-	-	-
	Ceará	04	03	-	01	-	-	-
	Paraíba	01	-	-	01	-	-	-
	Pernambuco	08	05	-	03	-	-	-
	Piauí	-	-	-	-	-	-	-
	Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-
	Sergipe	01	-	-	01	-	-	-

Subtotal		37	21	02	14	-	-	-
Amazônia Oc.	Acre	27	-	-	-	-	16	11
	Amazonas	180	04	01	-	50	13	112
	Roraima	29	21	-	-	-	-	08
Subtotal		236	25	01	-	50	29	131
Amazônia Or.	Amapá	06	-	-	-	-	04	02
	Maranhão	18	04	-	12	-	-	02
	Pará	44	03	01	-	01	10	29
	Tocantins	08	-	-	01	-	-	07
Subtotal		76	07	01	13	01	14	40
Total Geral		577	132	38	28	53	46	280

Siglas: *UF* (unidades da federação),
TI (terras indígenas),
FCA (fome/carência alimentar),
CA (carência alimentar), *FS* (fome sazonal),
DS (dificuldade sazonal), *NF* (não há fome),
S/INF (sem informações).

Em pelo menos 198 terras indígenas foi identificado problemas de sustentação alimentar e de fome entre a população. Em termos populacionais, chegou-se a 106.764 indígenas com dificuldades para garantir satisfatoriamente seu sustento alimentar, ou de forma quase que permanente (fome/carência alimentar) ou em períodos específicos do ano (fome sazonal). Em termos proporcionais, isto representava 66.67% das terras indígenas sobre as quais obtivemos informações, 34.25% da

população indígena total, e 41.88% da população sobre a qual obtivemos informações.⁷

A FOME E A POPULAÇÃO INDÍGENA					
Macro- região	UF	Terras Indígenas	Terras c/inf	População c/inf	População atingida
Sul/Sudeste	Espírito Santo	03	03	870	650
	Minas Gerais	06	04	6.013	2.745
	Paraná	17	10	3.621	2.500
	Rio de Janeiro	03		-	?
	Rio Grande do Sul	37	32	9.822	5.226
	Santa Catarina	10	08	7.169	6.700
	São Paulo	15	06	893	250
Subtotal		91	63	28.388	18.071
Centro-Oeste	Goiás	05	03	172	70
	Mato Grosso	61	23	10.838	2.000
	Mato Grosso do Sul	41	21	24.320	12.000
	Rondônia	30	09	3.060	715
Subtotal		137	56	38.390	14.785
Nordeste	Alagoas	06	06	6.465	6.160
	Bahia	17	17	10.947	8.757

⁷ No Mapa da Fome II há uma listagem das terras indígenas incluídas no levantamento. Esta listagem inclui, entre outras informações, uma breve avaliação da situação de sustentação alimentar da população em cada terra indígena.

	Ceará	04	04	8.230	7.950
	Paraíba	01	01	6.500	3.900
	Pernambuco	08	08	25.775	21.535
	Piauí	-	-	-	-
	Rio Grande do Norte	-	-	-	-
	Sergipe	01	01	548	440
	Subtotal	37	37	58.465	48.742
Amazônia Oc.	Acre	27	16	6.166	-
	Amazonas	180	68	78.768	4.000
	Roraima	29	21	25.486	16.486
	Subtotal	236	105	110.420	20.486
Amazônia Or.	Amapá	06	04	3.928	-
	Maranhão	18	16	12.940	4.180
	Pará	44	15	1.175	380
	Tocantins	08	01	1.198	120
	Subtotal	76	36	19.241	4.680
	Total Geral	77	297	254.904	106.764

No tocante a situação jurídica das terras indígenas incluídas na avaliação, as informações disponíveis nos levaram a concluir que de um total de 198 terras indígenas com problemas de sustentação alimentar e fome: 102 estavam regularizadas; 15 estavam homologadas; 30 estavam delimitadas; e 25 estavam identificadas.

Mais uma vez foi verificado o quão frágil é a situação dos povos indígenas e a impossibilidade de atos jurídico-administrativos de demarcação e registro dos territórios

indígenas serem suficientes para garantir a segurança e a reprodução biológica, social e cultural destes povos.

O segundo Mapa da Fome foi divulgado oficialmente na Câmara dos Deputados em novembro de 1995, na forma de uma "audiência pública conjunta" envolvendo a Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e Minorias, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Agricultura. Além de deputados federais, senadores e representantes de vários Ministérios, estiveram presentes e participaram do evento representantes do Sistema Nações Unidas, União Européia, várias Embaixadas, ONG's de apoio ao movimento indígena e de Direitos Humanos, lideranças indígenas, etc.

Desde então, inúmeras tem sido as sugestões no sentido da continuidade do trabalho, principalmente pela sua importância para o planejamento de políticas públicas. No primeiro semestre de 1996, o segundo Mapa foi adotado como literatura de referência em diversos cursos universitários de graduação e pós-graduação (ex.: Fundação Oswaldo Cruz e Universidade de São Paulo) e em seminários sobre direito indígena e direitos humanos promovidos pela Procuradoria Geral da República. Também foi adotado como subsídio na definição de prioridades no campo da saúde indígena e da assistência na Fundação Nacional do Índio, na Fundação Nacional de Saúde, no Programa Comunidade Solidária, etc.

Para a distribuição do Mapa contou-se com o apoio, a colaboração e o interesse de diversas organizações indigenistas, como o Centro de Trabalho Indigenista - CTI, o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - IAMÁ, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, a Comissão Pró-Índio do Acre e a ANAI/Bahia. Também participaram da divulgação dos resultados do Mapa da Fome as Comissões de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias da Câmara Federal, a Fundação Nacional do Índio, o Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome, o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, etc.

Concluída esta segunda etapa, constatamos que em algumas regiões a situação era crítica, devendo ser feito um esforço de aprofundamento das pesquisas para a elaboração de políticas específicas tanto emergenciais como estruturais: as Regiões Nordeste, Sul e Sudeste como um todo; o sul do estado do Mato Grosso do Sul – com um destaque para os Guarani Kaiowá e Nandewa; e vários grupos indígenas localizados nos estados do Mato Grosso e Rondônia (Gavião, Suruí, Zorá, Xavante e Bororo).

As dificuldades de sustentação alimentar e pobreza aparecem entre os povos indígenas como uma decorrência da destituição das condições que lhes permitam suprir suas demandas alimentares e se desenvolverem livremente. No caso específico das demandas alimentares, estão incluídas as necessárias para a manutenção física e emocional do indivíduo e aquelas necessárias para a manutenção e reprodução do grupo social do qual ele faz parte. Aqui estão incluídas também as festas intra e intercomunitárias, onde são consumidos suprimentos alimentares “excedentes” produzidos nas roças com esta finalidade, além dos originários da caça, coleta e pesca. Estas festas são de fundamental importância para a manutenção de uma família, de uma comunidade e de um povo.

As dificuldades de sustentação alimentar e pobreza aparecem no contexto indígena tanto entre indivíduos, famílias, comunidades locais e povos que têm grande dependência dos recursos naturais nas suas terras, como entre os índios que, individual ou coletivamente, foram obrigados ou se viram atraídos a se deslocarem para um centro urbano e ali vivem de pequenos serviços com baixa remuneração.

A urbanização já é hoje uma realidade em muitas terras indígenas, mesmo na Amazônia. Isto demanda a criação de políticas específicas, que atendam as novas demandas e necessidades indígenas criadas juntamente com a expansão dos meios de comunicação, a escolarização, as mudanças tecnológicas, os subsídios financeiros e assistenciais de projetos de desenvolvimento regional (ex.: o Projeto Grande Carajás), etc.

Dentre os vários aspectos não abordados adequadamente, um é o impacto diferenciado da (in)sustentabilidade alimentar sobre homens e mulheres indígenas. No caso do Paraná, o estado de degradação das terras indígenas e a falta de políticas adequadas, em conjunção com a divisão de trabalho entre os índios e o acesso diferenciado ao mercado de trabalho regional, ocasionavam o abandono das roças pelos homens, que saíam para trabalhar em fazendas ou na periferia dos centros urbanos, e o aumento da situação de miséria dos que ficavam: as mulheres, crianças e idosos.

Dada a freqüente relação entre garimpo e terras indígenas na Amazônia, não seria de estranhar serem as mulheres indígenas, crianças e adultas, vítimas de atos de violência. Entre os índios Yanomami, por exemplo, é bastante clara a relação entre o aparecimento de casos de doenças sexualmente transmissíveis e a presença de contingentes militares (pelotões de fronteira) e a ação de garimpeiros explorando ouro nas proximidades das aldeias. No município de São Gabriel da Cachoeira, região do Alto Rio Negro (AM), os atos de violência física e sexual contra as mulheres e crianças indígenas apareceram relacionados tanto com a presença de garimpeiros que utilizavam a sede do município como base de apoio para suas atividades na região como com a presença militar (quartéis e pelotões).

Avaliamos que seria de grande importância o fomento e apoio a estudos que buscassem responder com evidências empíricas e interpretações específicas questões sobre a situação das mulheres indígenas nos contextos caracterizados como de insustentabilidade alimentar e empobrecimento. Também deveria ser dada uma atenção à relação destes contextos com possíveis manifestações de violência e exploração física, emocional e sexual da mulher indígena, de sobrecarga de trabalho, de baixa qualidade de saúde, e capacidade ou não de identificar e prevenir-se o contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Complementarmente, e para não ficarmos somente nos aspectos mais negativos do processo de transformação por que vem

passando os povos e terras indígenas no Brasil, penso que seria de grande relevância ser mais bem visualizado como está se dando a participação e o empoderamento das mulheres indígenas nos projetos de assistência e auto-sustentação, entre outras políticas públicas.

O primeiro Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia, promovido pela COIAB -Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira na cidade de Manaus/AM de 26 a 29 de junho de 2002, oferecem subsídios importantes para a definição de linhas de pesquisa e de políticas públicas envolvendo mulheres indígenas, são elas: (1) a necessidade de uma maior e melhor organização das mulheres indígenas na definição e defesa de seus direitos e demandas específicas; (2) o maior apoio técnico e financeiro a suas iniciativas de produção alimentar e geração de renda; (3) e um serviço de saúde mais eficiente e adequado às necessidades específicas das mulheres indígenas.

Os resultados da Plataforma Política Feminista, aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (Brasília, 6 e 7 de junho de 2002) apontam na mesma direção, complementando o acima exposto ao destacar a necessidade da questão de gênero, no contexto indígena, ser remetida ao nível micro/local de cada povo, para que as pautas de reivindicações sejam deliberadas a partir dos problemas de cada aldeia, garantindo assim o respeito à diversidade cultural de cada povo; e a necessidade da promoção de programas de desenvolvimento sustentável e solidário gerenciados por mulheres indígenas, garantindo respeito à diversidade cultural de cada povo. Ou seja, o foco do diagnóstico como das propostas deve ser a aldeia ou a terra indígena, que é unidade de pesquisa adotada no estudo ora proposto.

Outro aspecto ainda por ser mais bem trabalhado refere-se a taxa de mortalidade infantil, a desnutrição, as doenças e até o suicídio de crianças. Conforme constatamos em diferentes contextos sócio-culturais, os problemas de saúde e nutrição durante a infância tem implicações sobre toda a vida futura do indivíduo, podendo inclusive ter desdobramentos sobre o estado

geral de saúde de seus descendentes. As deficiências alimentares e as infecções têm aí papel determinante, e estas, por sua vez, são basicamente dependentes das condições gerais de vida e do acesso da população à bens e serviços essenciais, como alimentos, moradia, saneamento, educação e assistência à saúde.

Os indicadores de crescimento infantil revelam mais do que o estado de saúde e nutrição das crianças, mostram a qualidade de vida a que está submetido o conjunto da população da qual elas fazem parte. Se os suicídios ocorrem principalmente entre crianças e adolescentes dos Guarani do sul do Mato grosso do Sul, a carência de alimentos, a saúde precária, a falta de apoio governamental e a miséria apareceram como companheiras da maioria da população infanto-juvenil dos Guarani deste estado e dos estados do Sul e Sudeste do Brasil.

Em realidade, os resultados obtidos nas etapas anteriores indicam a necessidade de se prosseguir neste estudo, aprofundo questões já desenvolvidas e abrindo novos ângulos de abordagem. Ainda que do ponto de vista cultural não se possa resumir a prostituição e violência contra a mulher e a criança indígena à condição de fome e miserabilização, é indiscutível que estes fatores permeiam o conjunto das situações identificadas.

Esta afirmativa implica em um trabalho de aprimoramento metodológico e de questionamentos que envolvam vários aspectos e que gerem trabalhos e artigos que vão para além desta proposta, criando as bases para um monitoramento a mais longo prazo da sustentabilidade das populações indígenas. Uma forma de melhorar o instrumental de trabalho é através do diálogo com profissionais de diferentes áreas, no sentido de aperfeiçoar alguns indicadores que se mostraram úteis, mas que encontram problemas quando pensados para a realidade indígena. Este é o caso, por exemplo, da própria idéia de desnutrição e dieta alimentar e da utilização de dados antropométricos na avaliação do estado nutricional de crianças indígenas. O mesmo pode ser dito para os índices de mortalidade e indicadores de saúde, que devem ser pensados dentro da dificuldade de uniformizar as informações vindas de várias

agências e agentes que trabalham com metodologias, critérios e olhares distintos.

De fato, somente com o monitoramento e avaliação dos processos de sustentação alimentar no longo é que se poderá formar um quadro mais completo e confiável da questão da fome entre os povos indígenas no Brasil. Por outro lado, o fato de se dispor de informações qualificadas não é por si suficiente, há a necessidade e o dever de envolver os poderes públicos constituídos, de forma efetiva e responsável, na reversão do quadro apresentado, evitando que ele se agrave e evolua.

Há também a necessidade de os povos e organizações indígenas tomarem a frente no processo de reivindicação e garantia de seus direitos, pleiteando sua participação nos processos de planejamento e execução de estratégias de atenção aos casos emergenciais, de promoção da auto-sustentação e de etnodesenvolvimento. É imprescindível que os povos indígenas busquem, através de formas organizativas autônomas (não-tuteladas), alternativas de sustentação e desenvolvimento local, valorizando seus conhecimentos tradicionais e incorporando crítica e criativamente novos conhecimentos e tecnologias social e ambientalmente sustentáveis.

Para finalizar, gostaríamos de lembrar de alguns compromissos assumidos pelos governos dos Estados-nacionais na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992). Falo aqui, em especial, do Capítulo 26 da denominada Agenda 21, que dá a real importância que tem os povos indígenas para a garantia da diversidade biológica (biodiversidade) e cultural no planeta. Dentre os objetivos listados e formalmente assumidos pelos governos está o estabelecimento de um processo para investir de autoridade as populações indígenas e suas comunidades, através das seguintes medidas:

- a adoção e fortalecimento de políticas e instrumentos jurídicos adequados em nível nacional;

- o reconhecimento de que as terras das populações indígenas e suas comunidades devem ser protegidas contra atividades que sejam ambientalmente insalubres ou que as populações indígenas em questão considerem social e culturalmente inadequadas;

- o reconhecimento de seus valores, seus conhecimentos tradicionais e suas práticas de manejo de recursos, tendo em vista promover um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável;

- o reconhecimento de que a dependência tradicional e direta dos recursos renováveis e ecossistemas, inclusive a colheita sustentável, continua a ser essencial para o bem estar cultural, econômico e físico das populações indígenas e suas comunidades;

- o desenvolvimento e o fortalecimento de mecanismos nacionais para a solução das questões relacionadas com o manejo da terra e dos recursos;

- o apoio a meios de produção ambientalmente saudáveis alternativos para assegurar opções variadas de como melhorar sua qualidade de vida, de forma que possam participar efetivamente do desenvolvimento sustentável;

- a intensificação do fortalecimento institucional e técnico das comunidades indígenas, baseada na adaptação e no intercâmbio de experiências, conhecimentos e práticas de manejo de recursos tradicionais, para assegurar seu desenvolvimento sustentável.

Também foi definida a necessidade do estabelecimento de mecanismos para intensificar a participação ativa das populações indígenas e suas comunidades na formulação de políticas, leis e programas relacionados com a preservação e o manejo dos recursos no plano nacional e outros processos que

possam afetá-las, bem como suas iniciativas de propostas para tais políticas e programas.

Tomadas em conjunto com as conclusões da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, digo, do painel sobre a segurança alimentar dos povos indígenas, talvez tenhamos um interessante ponto de partida para a constituição de uma agenda política nacional que contribua, de forma mais objetiva, para a garantia da segurança alimentar dos povos indígenas e para a construção, de fato, de um processo de desenvolvimento humano sustentável para eles e para o conjunto da sociedade brasileira.

Considerações Finais

A insustentabilidade alimentar e o empobrecimento são uma realidade ainda presente, hoje, no cotidiano das comunidades e sociedades indígenas? O conjunto dos dados e informações levantados e analisados em meados da década de noventa nos levam a crer que esta situação deva ser, ainda, uma realidade presente se não para o conjunto da população indígena no Brasil, ao menos para uma parcela considerável - e aqui não estamos considerando o percentual desta população que habita em condições precárias nos núcleos urbanos periféricos e centrais. Esta hipótese parece reforçada pelos relatos de lideranças indígenas e técnicos governamentais e não-governamentais que participaram do I Seminário Nacional para Articulação de uma Política Pública voltada para a Segurança Alimentar dos Povos Indígenas, promovido pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na cidade de Brasília, de 07 a 08 de novembro de 2002. Aqui, também, se manifestou o caráter emergencial numa parcela considerável da população indígena nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Que fatores estariam influenciando nas diferentes situações de insustentabilidade alimentar e empobrecimento e quais seriam comuns às diferentes situações encontradas? No

estudo realizado em 1994-1995 chegou-se a conclusão de que estas situações apareceriam relacionadas a quatro grandes questões: (1) a extensão dos territórios (terras indígenas) garantidos efetivamente pelo Estado e sociedade nacional para reprodução e desenvolvimento físico, social, econômico e cultural dos povos indígenas; (2) a qualidade do ambiente natural no interior destes territórios e entorno; (3) a intrusão destes territórios por não-indígenas (posseiros, garimpeiros, fazendeiros, etc.), o que tem sérias implicações sobre as condições de acesso aos recursos naturais e alimentares, sobre sua organização social e econômica e sobre a qualidade de vida dos homens e mulheres indígenas; e (4) as chamadas políticas governamentais de desenvolvimento regional, que acabam por induzir, voluntária ou involuntariamente, mudanças nos padrões de ocupação territorial e de exploração dos recursos naturais, acompanhado de rupturas nos processos nativos preexistentes de percepção e relacionamento com este ambiente. Mas este é ainda um quadro preliminar, cumpre agora avançarmos sobre a caracterização em maior profundidade destas realidades locais, aproximando nosso entendimento da reflexão sobre formas de superação.

Ainda que os problemas de sustentação alimentar e de empobrecimento dos povos indígenas no Brasil não seja algo novo, visto estes problemas terem marcado a vida destes povos nos já quinhentos anos de ocupação e colonização não-indígena do continente, a internalização da necessidade de formulação de Políticas Públicas e, principalmente, ações práticas participativas e ambientalmente sustentáveis de prevenção e de reversão destas situações é ainda muito incipiente, tanto no meio governamental quanto não-governamental. Quando muito, as ações desenvolvidas especialmente no campo da saúde e da promoção da auto-sustentação têm se caracterizado, de forma não rara, pelo assistencialismo e paternalismo, com a agravante de introduzirem e reproduzirem práticas predatórias de manejo dos recursos naturais (comércio de madeira; desmatamento para implantação

de agricultura anual mecanizada; uso de defensivos agrícolas; arrendamento de terras; etc.) e dependência tecnológica.

Por outro lado, ao longo da última década estão sendo desenvolvidas várias experiências destinadas a superação de situações como as acima descritas e a promoção de alternativas de desenvolvimento indígena ou etnodesenvolvimento, apoiadas por entidades e recursos financeiros nacionais e internacionais. O que tem caracterizado estas situações e que avanços estas experiências tem proporcionado aos povos indígenas? O resgate e documentação de experiências indígenas exitosas no trato do controle territorial e no manejo sustentável dos recursos naturais, com vistas a geração de renda e sustentabilidade alimentar, é ainda um campo de estudo pouco desenvolvido no Brasil.

Hoje existe no cenário nacional uma série de instrumentos e mecanismos financeiros que, utilizados adequadamente, poderiam ser de grande valia para o autodesenvolvimento indígena. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, há o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), através dos seus componentes PDA e PDPI, este último voltado especificamente para atender às demandas dos povos indígenas da Amazônia Legal, e o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, que apóiam projetos de preservação, recuperação e manejo da biodiversidade (fauna, flora, recursos hídricos e solos). No âmbito do denominado "Programa Comunidade Solidária" há também a possibilidade de serem buscados recursos voltados para as áreas de "alimentação e nutrição", "desenvolvimento rural", "geração de emprego e renda" e "defesa dos direitos". Finalmente, cabe registrar que no âmbito da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), em atenção às decisões da III Conferência Nacional de Saúde Indígena (Brasília, maio de 2001), está em curso a criação de uma política de abrangência nacional destinada a promoção da auto-sustentação e o etnodesenvolvimento indígena. Nossa expectativa é a de que os povos indígenas, suas comunidades locais e organizações, consigam romper com o cerco da política

da tutela e assumir efetivamente, como protagonistas, o processo em curso.

Referências

ALBERT, B.S. 1991. Urihi: *Terra, Economia e Saúde*. Em: Série Antropologia 119. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB.

BONFIL BATALLA, G. e outros 1982. *América Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio*. Costa Rica: Ediciones FLACSO.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1996. “O saber, a ética e a ação social”. Em: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. & CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R.. *Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2000. “Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico”. Em: *Estudos Avançados*, 14(40): 213-230.

COIMBRA JR., C.E.A. (coord.) 1991. *Saúde de Populações Indígenas*. Número Temático da revista Cadernos de Saúde Pública, volume VII(4). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira 2002. *I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira*. Manaus: Departamento de Mulheres da COIAB.

ESCOBAR, Arturo 1998 (1996). *La Invención del Tercer Mundo: Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*, em especial os seguintes capítulos: “La dispersión del poder: fábulas de hambre y alimento” (pp. 199-294) e “Poder e visibilidade: fábulas de campesinos, mujeres y medio ambiente” (pp. 295-396). Santa Fé de Bogotá: Grupo Editorial Norma.

GARRISON II, J.W. & LANDIN, L. 1995. “Colhendo os frutos da cidadania: a luta contra a fome e a pobreza no Brasil”. *Desenvolvimento de Base*, 19/2: 36-44.

GOHN, M. da G. 1996. “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida – ou quando a fome se transforma em questão nacional”. Em: GAIGER, L.I. (org.). *Formas de Combate e de Resistência a Pobreza*. São Leopoldo: Ed. Unisinos. (pp. 23-57).

IBÁÑEZ-NOVION, M. A. & TEIXEIRA OTT, A.M. (eds.) s/d. *Adaptação à Enfermidade e sua Distribuição entre Grupos Indígenas na Bacia Amazônica*. Brasília: Centro de Estudos e Pesquisas em Antropologia Médica.

PARTRIDGE, W., UQUILLAS, J. E. & JOHNS, K. 1996. *Including the Excluded: Ethnodevelopment in Latin America*. Comunicação proferida na Annual World Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean, Bogotá, Colômbia, 30 de junho a 2 de julho de 1996.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.) 1993. *O Mapa da Fome I-III*. Documento de Política Nº 14-16. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada.

Plataforma Política Feminista. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6 e 7 de julho de 2002. www.portoalegre2003.org

SANTOS, R.V. & COIMBRA JR., C.E.A. (orgs.). 1994. *Saúde e Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SCHERER-WARREN, I. 1996. “A ação cidadã no combate a fome”. Em: GAIGER, L.I. (org.). *Formas de Combate e de Resistência a Pobreza*. São Leopoldo: Ed. Unisinos. (13-22).

SCHMITT, C.J. 1995. “Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental: Os Casos de Iraí e Nonoai”. Em: CARVALHO, I. & SCOTTO, G. (coords.). *Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ibase. (pp. 39-59).

SOUZA LIMA, A. C. de & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.) 2002. *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

STAVENHAGEN, R. 1985. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. Em *Anuário Antropológico/84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

VERDUM, R. (org.) 1995. *Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (II): Contribuição à Formulação de Políticas de Segurança Alimentar Sustentáveis*. Brasília: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, PETI/Museu Nacional, Associação Nacional de Apoio ao Índio/Bahia, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

VERDUM, R. 1994. *Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (I): Uma Contribuição à Formulação de Políticas de Segurança Alimentar*. Subsídio Nº 19. Brasília: Instituto de Estudos Sócio Econômicos.

VERDUM, R. 2002. “Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Em: SOUZA LIMA, A. C. de & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

ANEXO

Questionário Utilizado no Levantamento

Terra Indígena

Nome:

Localização - município(s), UF(s):

Povo(s):

População:

Extensão da Terra:

Situação Jurídica:

I. Ocorrência de Fome/ Carência Alimentar

1. Há casos de fome (falta de alimentos) nesta terra indígena?
2. Qual o número aproximado da população que passa fome?
3. Há casos de mortes de crianças com menos de 5 anos em número preocupante nos últimos 2 anos (1993/94)?
4. É possível indicar este número?
5. Você acha que isto tem relação com a carência alimentar das

crianças ou suas mães? Porque?

6. Quais as doenças mais freqüentes entre as crianças?

7. Você acha que há relação destas doenças com a carência alimentar?

8. E entre os adultos, quais as doenças mais freqüentes?

9. Você acha que há relação destas doenças com a carência alimentar?

10. Quais as principais causas de morte na população desta terra indígena?

11. O problema da fome atinge do mesmo modo TODAS as localidades (aldeias, núcleos) dentro da terra indígena? Caso não, indique quais as localidades atingidas e as não atingidas e em que nível.

12. O problema da fome nesta terra (ou localidades) é mais grave em algumas épocas do ano? (exemplo: inverno/verão, entressafra, etc.)

II. Causas da Fome/ Carência Alimentar

13. O que você acha que esta causando a fome/carência alimentar entre a população indígena desta terra?

14. Quais as formas de sustentação alimentar da população desta terra? Exemplo: caça, coleta, pesca, cultivo, comércio, arrendamento, royalties, trabalho assalariado, serviços prestados a terceiros, etc.

15. Quais os principais componentes da dieta alimentar da população?

16. As formas de sustentação são suficientes para garantir satisfatoriamente a alimentação de TODA a população indígena desta terra? Caso negativo, indique o porquê.
17. Este problema se relaciona também com o tamanho ou qualidade da terra? Explique.
18. Qual a situação do meio ambiente nesta terra indígena?
19. Existe algum problema ambiental (desmatamento, esgotamento de solo, poluição, etc.) que possa ser relacionado a situação de fome desta população? Descreva.
20. Há casos de invasão temporária ou permanente da terra indígena (posseiros, garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, etc.)?
21. Estas invasões limitam o acesso da população indígena à totalidade da terra e seus recursos naturais?
22. É possível associar estes problemas com a fome? De que modo?
23. Existem grandes projetos (ex.: colonização, agricultura, mineração, hidrelétrica, rodovias, etc.) sendo desenvolvidos próximos ou dentro da terra indígena?
24. Estes projetos têm alterado as formas de sustentação desta população? De que modo?
25. Há casos de migração temporária ou permanente na população indígena desta terra?
26. É possível indicar as causas e o número aproximado destas migrações nos últimos dois anos (1993/94)?

III. Alternativas e Soluções

27. Existe nesta terra iniciativas relacionadas com a sustentação alimentar de sua população? Quais? (Exemplo: projetos

pecuários, agricultura, distribuição de alimentos, frentes de trabalho, etc.).

28. Quem desenvolveu ou desenvolve tais iniciativas?

28. Qual a participação dos índios na elaboração e coordenação destas iniciativas e na gestão de seus recursos?

29. Elas têm contribuído para solucionar ou minimizar o problema da fome? Em que medida?

30. Existem ações de saúde permanentes ou temporárias no interior desta terra indígena? Quais? (ex.: vacinação, medicalização, distribuição de alimentos, treinamento de monitores de saúde, saneamento, etc.).

31. Quem desenvolve tais ações?

32. A população tem acesso aos serviços de saúde situados fora da terra indígena? Quais e onde estão localizados - nome do núcleo urbano ou cidade? (ex.: postos de saúde, hospitais, Casa do Índio, etc.).

33. Estas ações têm contribuído para solucionar ou minimizar os problemas de saúde desta população? Em que medida?

34. Existem reivindicações ou iniciativas de recuperação ou ampliação da terra? Quais?

35. Você tem sugestões para solucionar os problemas da fome/carência alimentar e de saúde nesta terra indígena?

36. Existe algum aspecto importante que não foi mencionado e que auxiliará na caracterização da situação da população desta terra com relação à fome?